



**ACÓRDÃO Nº213/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11828/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Careiro da Várzea
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Sr. Jacob Pereira da Silva - Presidente da Câmara Municipal de Careiro da Várzea
- 6- **Advogado:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 137/2023-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Careiro da Várzea. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Careiro da Várzea, sob responsabilidade do **Sr. Jacob Pereira da Silva**, Presidente da Câmara, **exercício 2021**, na forma do art. 22, II, da Lei Orgânica nº 2423/1996 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002, por remanescerem as seguintes irregularidades:
- a)** o subsídio do Presidente da Câmara ultrapassa o limite de trinta por cento sobre o subsídio de Deputado Estadual, em afronta ao art. 29, VI, alínea b, da Constituição da República;
  - b)** o total da despesa ultrapassou 7% (sete por cento) estabelecido na Constituição da República, na lição do art. 29-A, inciso I;
  - c)** ausência de Notas Explicativas na Prestação de Contas Anual, visto que essa tem função de especificar e melhor elucidar o que ocorreu no exercício financeiro;
  - d)** o descumprimento dos prazos de publicação do RGF, tanto do primeiro 1º, quanto do 2º semestre de 2021, com fulcro no art. 55, § 2º (prazo legal 30 dias após o período) c/c art. 51 § 2º art. 63, inciso III, §



**ACÓRDÃO Nº213/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

1º da LRF e adote as medidas necessárias do intuito de registrar a data da publicação no portal da transparência;

**10.2. Determinar à Câmara Municipal de Careiro da Várzea que:**

**a)** regularize o subsídio do Presidente da Câmara a fim de que não ultrapasse o limite de trinta por cento sobre o subsídio de Deputado Estadual, de acordo com o art. 29, VI, alínea b, da Constituição da República;

**b)** corrija o total da despesa que ultrapassou 7% (sete por cento) estabelecido na Constituição da República, na lição do art. 29-A, inciso I;

**c)** inclua Notas Explicativas na Prestação de Contas Anual, visto que essa tem função de especificar e melhor elucidar o que ocorreu no exercício financeiro;

**d)** observe os prazos de publicação do RGF, tanto do primeiro 1º, quanto do 2º semestre, com fulcro no art. 55, § 2º (prazo legal 30 dias após o período) c/c art. 51 § 2º art. 63, inciso III, § 1º da LRF e adote as medidas necessárias com intuito de registrar a data da publicação no portal da transparência; a fim de que não ocorra mácula em futura Prestação de Contas da Câmara Municipal do Careiro da Várzea, nos termos do art. 188, III, e), da Resolução nº 04/2002;

**10.3. Dar ciência ao Sr. Jacob Pereira da Silva, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;**

**10.4. Dar ciência à Sra. Renata Andréa Cabral Pestana Vieira, inscrita na OAB/AM sob o nº 3149, advogada do Sr. Jacob Pereira da Silva, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;**

**10.5. Arquivar o presente processo, após cumpridos os prazos regimentais.**



**ACÓRDÃO Nº213/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 11- Ata:** 3ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 14 de Fevereiro de 2023.  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.  
**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.  
**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição